

Playbook de Preparação para a Reforma Tributária

O guia estratégico para conduzir sua
empresa à maior transformação fiscal
das últimas décadas.



Introdução

Bem-vindo ao Playbook de Preparação para a Reforma Tributária, seu guia prático para atravessar a maior mudança fiscal das últimas décadas no Brasil. Este material foi desenvolvido para ajudar sua empresa a entender o novo cenário, ajustar processos e se preparar para operar com segurança durante toda a transição.

A reforma chega para resolver um problema histórico do país, marcado por um sistema complexo, inseguro e difícil de administrar. A partir de agora, preparar-se deixa de ser uma tarefa operacional e passa a ser um movimento estratégico, que impacta diretamente a forma como sua empresa calcula impostos, define preços, estrutura o fluxo de caixa e toma decisões de negócio.

Este Playbook foi organizado para conduzir você desde o entendimento da mudança até as ações práticas que precisam ser executadas, incluindo:

- O contexto e a razão da reforma;
- Os novos impostos e mecanismos, como IBS, CBS e Split Payment;
- O cronograma de implementação, que vai até 2033;
- As implicações na conformidade fiscal, na margem de resultados e na sustentabilidade do negócio;
- O comparativo entre o modelo atual e o novo;
- Os passos essenciais para que sua empresa chegue preparada a 2026.

Use este Playbook como um mapa estratégico para garantir que sua base de dados esteja correta antes da transição e que as adaptações ocorram de forma organizada, segura e previsível. Preparar-se é o caminho mais eficiente para reduzir riscos e garantir que sua empresa avance para o novo modelo de forma estável, com clareza e sem surpresas.

Sumário

* Contexto da reforma
4-6

* Por que estar preparado?
7-10

* Antes x Depois da reforma
11-12

* Como se preparar para a reforma?
13-17



Contextualizando a reforma tributária



A REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária marca uma das mudanças mais profundas do sistema fiscal brasileiro em décadas. Ela inaugura um novo momento da gestão empresarial, porque mexe diretamente na forma como as empresas calculam tributos, estruturam processos e tomam decisões estratégicas.

Nesta primeira fase, o foco está nos impostos sobre consumo. A intenção é remodelar a estrutura tributária do país, tornando-a mais simples, previsível e alinhada às práticas internacionais.

A implementação será gradual. Testes começam em 2026, de forma opcional em 2025. A convivência entre o modelo atual e o novo seguirá até 2033, quando o IBS e o ISS substituem definitivamente os tributos de consumo vigentes hoje. Essa coexistência exige que sistemas e processos funcionem de forma paralela por vários anos.

A mudança unifica e simplifica tributos hoje fragmentados, criando regras nacionais mais claras. Esse movimento vai além da troca de siglas e afeta a lógica operacional das empresas em vários pontos:



Princípio do destino

O imposto passa a ser recolhido no local onde o cliente consome o produto ou serviço, e não mais no estado de origem da empresa.



Crédito amplo

Amplia-se o direito ao crédito. A empresa poderá aproveitar crédito sobre praticamente todas as aquisições que não sejam de uso pessoal.



Imposto por Fora

A tributação deixa de ser embutida no preço e passa a ser destacada por fora da operação, o que altera custo, formação de preço e a leitura do DRE.

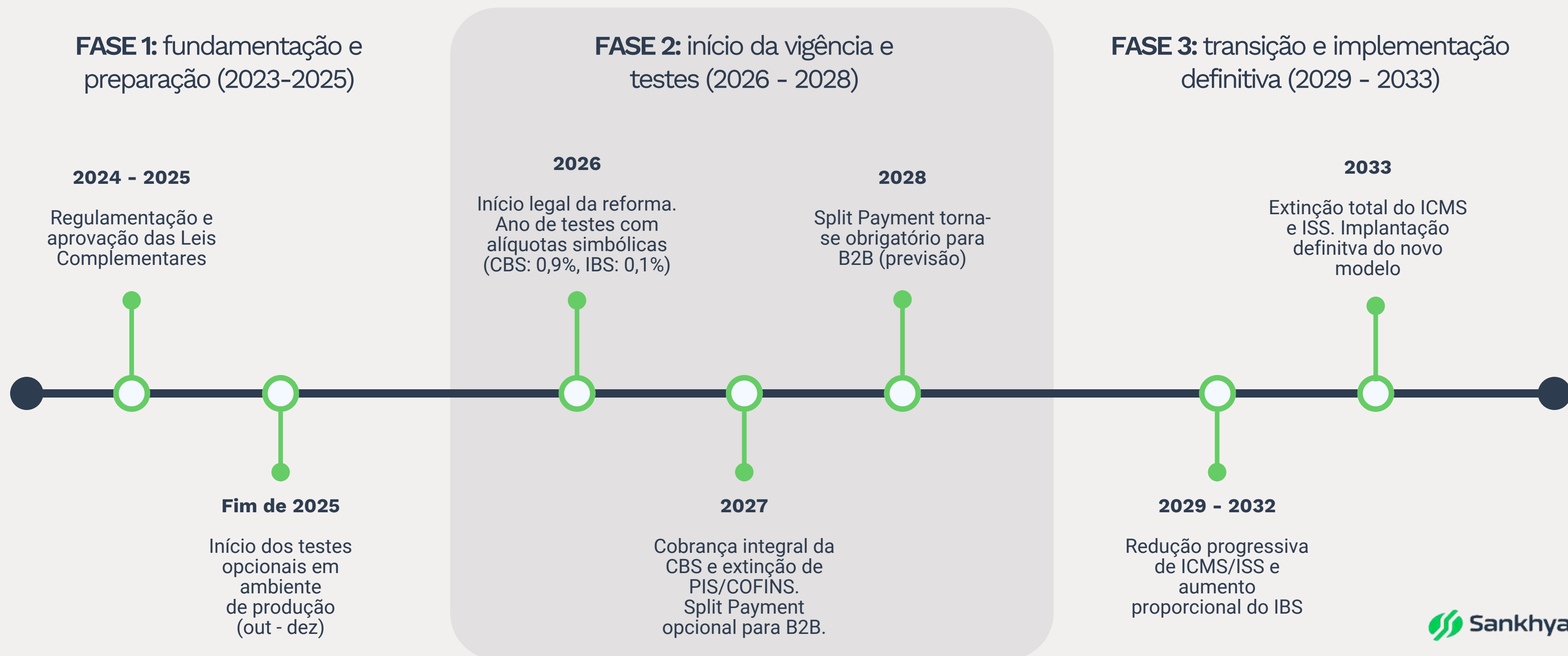


Split Payment

Os impostos CBS e IBS serão retidos no momento do pagamento da transação. Isso muda a dinâmica da apuração, com débitos pelo regime de competência e créditos pelo regime de caixa.

CRONOGRAMA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A coexistência dos sistemas antigos e novo é uma característica central, exigindo que empresas e sistemas operem em paralelo por toda a transição.





Por que se preparar
para a reforma?



A preparação para a reforma tributária é vista como o novo capítulo da gestão empresarial e é considerada extremamente necessária e urgente. As empresas que ainda não começaram a analisar os impactos estão "atrasadas e precisam correr".

Essa preparação não é apenas uma obrigação fiscal, mas uma estratégia de negócio crucial para garantir a competitividade e a sustentabilidade da operação, especialmente porque a reforma envolve uma transição longa, onde os sistemas antigo e novo coexistirão.

A importância de estar preparado pode ser detalhada em relação a:

Conformidade Fiscal e Redução de Penalidades

A conformidade é o primeiro passo para evitar interpretações equivocadas e custos inesperados.

Diagnóstico da operação atual:

É fundamental realizar um "checkup" da operação atual, analisando como a nota fiscal está sendo emitida e a cadeia de impostos. Se a base de dados não estiver "muito bem segmentada, muito bem feita", a migração para a reforma será feita de "maneira completamente errada".

Conformidade de documentos:

A preparação é crucial para garantir que a empresa esteja em compliance com a reforma. O não preenchimento correto das obrigações acessórias, como os documentos fiscais eletrônicos, vão resultar na paralisação da emissão dos documentos fiscais eletrônicos e futuramente, pode resultar na cobrança de IBS/CBS.

Capacitação:

Manter-se atualizado e capacitado sobre a legislação é essencial para navegar com segurança e evitar erros que possam gerar custos inesperados ou riscos fiscais. Uma equipe bem preparada entende os prazos, obrigações e direitos, antecipando ajustes.

Mitigação de riscos:

A não adequação ou a má interpretação da reforma pode gerar impactos relevantes e riscos fiscais inesperados.

Operação com Segurança e Sustentabilidade do Negócio

A preparação garante a continuidade do faturamento e adapta a empresa às novas realidades de fluxo de caixa e logística, que são determinantes para a sustentabilidade.

Continuidade operacional:

O sistema de gestão (ERP) deve estar preparado para que o faturamento da empresa não pare a partir de janeiro de 2026. É necessário adequar os documentos e sistemas para operar de forma "redonda sem nenhum susto".

Impacto no fluxo de caixa (Split Payment):

O novo modelo exige uma reavaliação do fluxo de caixa, pois o Split Payment fará com que o imposto seja recolhido no momento da transação financeira (liquidação financeira), e não mais no mês subsequente.

Revisão da malha logística:

A mudança do Imposto para o Princípio do Destino exige uma revisão da malha logística. Os centros de distribuição e operações logísticas que eram vantajosos devido a incentivos fiscais precisarão ser reavaliados em termos de custo de transporte e localização, pois isso impacta diretamente a rentabilidade.

Comitês internos e conexão de áreas:

É importante criar comitês para conectar as áreas fiscal, contábil, financeira, compras e vendas para analisar os efeitos da reforma sob todas as perspectivas do negócio. Essa conciliação entre as três áreas (fiscal, contábil e financeira) é crucial.

Adaptação à fiscalização digital (apuração assistida):

O Fisco terá uma apuração assistida, agindo quase como um extrato bancário diário para verificar as operações dos contribuintes.

Proteção de Margem de Resultados

A reforma tributária impacta toda a cadeia de produção e serviço, sendo vital planejar para proteger a rentabilidade e a margem do negócio.

Revisão de custos e precificação:

A reforma afeta diretamente a precificação e a margem dos produtos e/ou serviços. Os tributos serão calculados "por fora" do preço, o que impacta o custo, a precificação e a leitura do DRE (Demonstrativo do Resultado do Exercício) e vários outros pontos de negócio.

Simulação de cenários:

Antecipar-se por meio de simulações é a estratégia mais eficaz para atravessar o período de transição. Isso permite revisar os preços de produtos, as margens de lucro, e os valores de impostos a serem creditados e recolhidos, sustentando decisões assertivas.

Revisão de contratos:

Os contratos comerciais devem ser revisados para verificar se os preços e margens acordados continuam viáveis após as mudanças tributárias.

Mesmo com essa plataforma, a responsabilidade pela informação continua sendo do contribuinte. Portanto, é vital ter um ERP para suportar as conferências não somente das operações, mas entre as áreas.

Em suma, a preparação é fundamental para diminuir os impactos dentro do negócio, garantir a adjudicação correta dos créditos e evitar que a operação seja paralisada por falta de adaptação sistêmica.

A preparação estratégica para a reforma tributária é como a construção de um novo alicerce: é preciso fazer um diagnóstico da estrutura atual (conformidade fiscal), garantir que os materiais corretos (créditos) serão acessíveis para manter a obra viável (proteção de margem), e adaptar o fluxo de trabalho (fluxo de caixa e logística) para que a construção (operação do negócio) não pare e possa suportar o novo edifício (sustentabilidade) ao longo da próxima década.



Antes e Depois da reforma



Antes da reforma

Sistema complexo com múltiplos tributos, ICMS, IPI, PIS COFINS, ISS, entre outros, e alta burocracia.
Impostos cobrados de forma cumulativa ou não cumulativa, com regras diferentes dependendo do tributo.
Regras fiscais diferentes entre estados e municípios, gerando complexidade para empresas com operações em diversas regiões.
Apuração de impostos com regras diferentes para cada tipo de tributo, muitas vezes manual e sujeita a erros.
Alta complexidade para garantir transparência e governança tributária. Empresas precisavam de auditorias frequentes e consultoria fiscal.
Custos elevados com a gestão tributária, incluindo consultorias, auditorias e sistemas específicos para cada tipo de tributo.

Depois da reforma

Criação do IBS, Imposto sobre Bens e Serviços, e CBS, Contribuição sobre Bens e Serviços, unificando tributos e simplificando a apuração.
Sistema não cumulativo para todos os impostos, com créditos mais simples e uniformes.
Uniformização das regras fiscais em todo o país, com maior segurança jurídica e menos disputas estaduais.
Cálculo automatizado com maior precisão, integrando IBS e CBS diretamente ao ERP, reduzindo riscos de erro.
Maior visibilidade no processo de apuração de impostos e governança integrada no sistema, permitindo auditoria mais fácil e confiável.
Redução de custos operacionais com processos fiscais mais simplificados e integrados ao ERP. Menos necessidade de consultorias externas.



Como se preparar para a reforma



A preparação para a reforma tributária é considerada uma das ações mais urgentes e necessárias na gestão empresarial, pois implica uma transformação profunda que vai além da simples mudança de alíquotas.

Se a empresa ainda não iniciou o planejamento, ela já está atrasada e precisa correr. A seguir, apresentamos um detalhamento de como se preparar

1. Verificar a versão do ERP

A atualização do sistema de gestão é o primeiro passo. O ERP Sankhya é atualizado continuamente para garantir conformidade com as novas exigências fiscais.

Caso o seu sistema não esteja preparado e parametrizado, a empresa corre o risco de ter o faturamento parado em janeiro de 2026, quando a emissão dos novos impostos se torna legalmente obrigatória.

Ação: confira se seu ERP, por exemplo Sankhya EIP, está atualizado para suportar a emissão de documentos fiscais com os novos campos de IBS e CBS.

2. Revisar os processos de emissão de documentos fiscais

A reforma tributária exige que as empresas estejam preparadas para emitir documentos fiscais eletrônicos sob o novo layout.

Os documentos fiscais (NFE/NFCe/CTe/NFCom) já têm suas adaptações no sistema Sankhya, e os clientes são incentivados a realizar testes de homologação para entender os impactos antes da obrigatoriedade.

O documento fiscal passa a ser uma confissão de dívida para o débito, tornando a precisão da emissão ainda mais necessária

Ação: teste a emissão de NF-e, NFC-e e outros documentos fiscais no novo layout com os campos obrigatórios para IBS e CBS.

3. Verificar os dados fiscais dos parceiros, clientes e fornecedores

O primeiro passo na preparação deve ser um diagnóstico da operação atual ("checkup"), verificando a classificação fiscal dos produtos e a cadeia de impostos.

Se a base de dados não estiver "muito bem segmentada, muito bem feita", a migração para a reforma ocorrerá de "maneira completamente errada".

É fundamental revisar e atualizar o cadastro de produtos (NCMs) e a correta identificação das operações, pois a adjudicação de créditos depende da classificação correta.

No ERP Sankhya, novos campos foram incluídos no cadastro de Parceiro, especificamente referentes a operações com órgãos públicos (Art. 473 da LC 214/25).

Ação: revise e atualize os dados de clientes e fornecedores para garantir que todos os campos obrigatórios estejam preenchidos corretamente.

4. Configurar os novos impostos, IBS e CBS

A parametrização correta é vital para a recepção das informações por documentos de terceiros

O ERP da Sankhya já disponibiliza telas específicas para o cadastro e parametrização das alíquotas de IBS/CBS.

A parametrização do sistema deve ser feita da mais específica para a mais genérica, usando campos como o novo Código de Classificação Tributária (Clas. Trib), que se tornará o novo par do CST.

Ação: parametrize IBS e CBS nas telas de operações do seu ERP, configurando alíquotas e regras fiscais adequadas.

5. Treinar os times envolvidos

É fundamental a capacitação legislativa e a compreensão da transição para evitar interpretações equivocadas e riscos fiscais inesperados.

A reforma exige que as áreas fiscal, contábil e financeira se conversem muito bem (conciliação), pois o impacto na precificação e na margem do negócio é direto

O treinamento deve cobrir a mudança cultural, especialmente em relação ao Split Payment, que altera o fluxo de caixa drasticamente

Ação: proporcione treinamento para os times envolvidos, fiscal, contábil, TI, sobre como as novas regras impactam os processos e o sistema. Além disso, deve-se criar comitês que envolvam o jurídico, compras, vendas e produtos para analisar os efeitos da reforma sob todas as perspectivas do negócio.

6. Realizar testes de homologação

Os contribuintes já podem fazer testes de homologação para entenderem os impactos e garantirem as parametrizações antes de chegar a janeiro de 2026.

O período de testes em produção, que não tem cobrança de impostos, é facultativo e permite que as empresas se adaptem com mais segurança.

A apuração assistida exige que a empresa tenha processos internos de conferência, e os testes garantem que o sistema está operando de forma "redonda sem nenhum susto" antes da obrigatoriedade.

Ação: faça testes em homologação para garantir que todos os cálculos de IBS e CBS estão sendo feitos corretamente antes de implementar no ambiente de produção.

7. Ajustar contratos e acordos com clientes e fornecedores

Os contratos comerciais devem ser revisados para verificar se os preços e margens acordados continuam viáveis após as mudanças tributárias.

Em negociações baseadas na margem ou no preço final, as alterações nos tributos podem reduzir a rentabilidade.

É crucial ajustar cláusulas e prever mecanismos de atualização para garantir a sustentabilidade dos acordos e evitar conflitos futuros

Ação: atualize os contratos para refletir a mudança de tributação, especialmente em relação ao IBS e CBS e ao repasse de tributos.

8. Revisar a governança de dados fiscais

É necessário cruzar informações para garantir que o lançamento contábil esteja batendo com o lançamento fiscal e se a apuração do imposto está correta. A má governança pode levar a riscos fiscais inesperados.

O uso de tecnologia é a única alternativa para lidar com a quantidade massiva de dados e garantir que a empresa chegue em 2026 de forma organizada. Com o novo modelo, toda operação fiscal pressupõe um lançamento contábil correto.

Ação: melhore a governança de dados fiscais garantindo que todos os dados tributários estejam organizados, consistentes e acessíveis para auditoria.

9. Monitorar a apuração de créditos e débitos tributários

O monitoramento é vital devido à mudança para o regime de apuração de débitos por competência e créditos por caixa.

O Split Payment faz com que o imposto seja retido no momento da liquidação financeira (pagamento), impactando o fluxo de caixa e a gestão do negócio drasticamente.

A Apuração Assistida pelo Fisco funcionará como um extrato bancário, apurando o imposto diariamente e exigindo que a empresa concilie o que está em seu sistema com o que o Fisco visualiza.

A empresa precisa garantir a adjudicação correta dos créditos. O crédito passa a ser atrelado ao pagamento (extinção do débito do fornecedor), e não apenas à entrada da mercadoria.

Ação: Monitore o processo de apuração de créditos e débitos de IBS e CBS, assegurando que não haja erros na compensação ou no cálculo.

10. Estabelecer um plano de acompanhamento contínuo

O período de transição se estende até 2033 e exige que as empresas convivam com os sistemas antigo e novo simultaneamente.

Um plano contínuo deve incluir a simulação de cenários pós-reforma, permitindo que a empresa projete os impactos na margem e no fluxo de caixa.

É necessário revisar a malha logística constantemente, pois o Princípio do Destino pode tornar desvantajosas as operações que antes eram beneficiadas por incentivos fiscais.

O planejamento deve ser feito para garantir a competitividade da empresa durante toda a jornada de transição.

Ação: crie um plano de acompanhamento contínuo para revisar periodicamente as atualizações da Reforma Tributária, ajustando processos e sistemas conforme necessário até 2033.

CONCLUSÃO

A Reforma Tributária inaugura um novo capítulo na gestão empresarial no Brasil. Mais do que uma mudança de alíquotas, ela redesenha a forma como as empresas operam, formam preços, planejam seu fluxo de caixa e estruturam sua governança de dados.

Em um cenário em que o modelo atual já é reconhecido pela complexidade e insegurança, não se preparar deixa de ser uma opção; torna-se um risco direto para a continuidade do negócio.

Ao longo deste Playbook, você viu que a reforma não se resume à troca de impostos. Ela traz novos conceitos, como IBS, CBS, Split Payment, princípio do destino e crédito amplo; apresenta um cronograma longo, com convivência de sistemas até 2033; e exige uma revisão profunda de processos, cadastros, contratos, sistemas e da própria cultura de gestão fiscal e financeira.

A boa notícia é que a preparação pode ser estruturada, prática e orientada a resultados. Verificar a versão do ERP, revisar cadastros e documentos fiscais, parametrizar corretamente IBS e CBS, treinar os times, ajustar relações comerciais e fortalecer a governança de dados formam um caminho claro para que sua empresa atravesse a transição com segurança.

Mais do que cumprir regras, trata-se de proteger margem, garantir a adjudicação correta dos créditos, manter o faturamento operando sem interrupções e sustentar a competitividade no médio e longo prazo.

Use este Playbook como um documento vivo; volte à ele sempre que surgir uma atualização na legislação, um novo entendimento do fisco ou uma mudança de cenário interno. Defina responsáveis, crie um cronograma até 2033 e priorize as ações que têm maior impacto imediato, como o diagnóstico da base de dados, os testes de homologação e a revisão do fluxo de caixa sob a lógica do Split Payment.

Outros materiais de apoio



Guia da reforma tributária
Acesse nosso material completo e atualizado sobre a reforma



Websérie da reforma tributária
Acompanhe nossos episódios que mostram o impacto nas empresas



Podcast sobre a reforma tributária
Ouça o Sankhya Sessions com especialistas falando sobre os principais pontos da reforma





Não corra o risco de parar o faturamento

A Sankhya está pronta para ajudar sua empresa a atravessar a Reforma Tributária com total segurança. Nosso ERP foi estruturado para entregar:

- ✓ Adoção mais rápida do mercado com Deploy Agent;
- ✓ Conformidade fiscal garantida: ERP 100% adequado à Reforma Tributária com atualização contínua da legislação;
- ✓ Visão clara dos impactos do novo cenário fiscal;
- ✓ Segurança e estabilidade: operação sem riscos de inconsistência ou penalidades.

CONHEÇA O ERP SANKHYA

